

ADUNIOESTE

SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

AUDIÊNCIA COM SECRETÁRIO RIZZI CONFIRMA: MELHORIA DAS CONDIÇÕES SALARIAIS, SÓ COM MOBILIZAÇÃO!

No dia 04 de março de 2005, em Curitiba, ocorreu a audiência do secretário Rizzi com o Comitê em Defesa do Ensino Superior, na Seti. Transcrevemos a seguir, na íntegra, a síntese da audiência, retirada do Informe nº 04/2005 do Comitê:

Como previamente acordado, o Comitê iniciou o encontro expondo a necessidade de abertura de diálogo com a Seti para o encaminhamento da pauta unificada de reivindicações, que inclui reajuste salarial (servidores docentes e técnicos) e PCCS dos servidores técnico-administrativos. Além de se destacar a legitimidade do Comitê como entidade representativa dos trabalhadores das instituições públicas de ensino superior no Paraná e a importância da sua interlocução direta com o governo estadual, por meio da Seti, foram reafirmados os princípios norteadores do processo de negociação a ser aberto, definidos pelo Comitê na última reunião (11/02): reajuste salarial efetivo, com incorporação ao piso salarial; paridade entre trabalhadores da ativa e aposentados; equidade entre as classes e categorias profissionais.

O secretário Rizzi, por sua vez, prestou as seguintes declarações:

- Sobre o PCCS dos servidores técnico-administrativos, o secretário informou que há um processo de estudos em curso, em que membros da Seti e da Secretaria de Administração e Planejamento (Seap) estão analisando a proposta apresentada ao governo pelo Comitê, em 2004. Após essa análise interna (conclusa provavelmente até abril), a Seti pretende reunir-se novamente com as entidades, antes de encaminhar a proposta para outros órgãos do governo. O encaminhamento da proposta para a Assembléia Legislativa, a ocorrer ainda este ano, irá depender da decisão política do governador sobre o melhor momento para fazê-lo.

- Quanto à necessidade de contratação de pessoal nas universidades públicas estaduais, o secretário reconheceu ser grande o número de professores colaboradores que atualmente atuam nas universidades públicas paranaenses, estimado em cerca de 20% do quadro geral de docentes. Há também a situação de servidores técnico-administrativos contratados precariamente. Na ótica do secretário, tal situação pode ser minimizada na próxima vez em que o governo abrir novo processo de seleção para as universidades, já em forma de concurso público, visto que o processo de regularização de cargos dos servidores das IEES que está em andamento será concluído em breve. Mas não há a possibilidade de antecipar em que momento os concursos públicos serão autorizados.

- Por fim, segundo o secretário, o tema do reajuste salarial envolve questões mais complexas. No caso dos servidores técnico-administrativos, o governo entende que a garantia do pagamento do abono de R\$ 300,00 até o final de 2005 serve para amenizar a situação. Quanto aos docentes, o governo reconhece que é grande a defasagem entre os pisos salariais dos professores das universidades públicas paranaenses em relação às universidades federais. No caso de docentes mestres, essa diferença gira em torno de 30%; no caso de docentes doutores, ela sobe para mais de 40%. O secretário informou que a Seti e a Seap estão estudando uma proposta voltada para a melhoria salarial dos docentes, que deve se dar em forma de gratificação. Ainda segundo do secretário, estaria fora de cogitação, nesse momento, o atendimento da reivindicação de reajuste salarial efetivo (aumento do piso salarial), com recuperação das perdas salariais acumuladas. Quanto aos recursos para investimentos nas universidades públicas, o secretário informou que o governo vem gerenciando junto ao governo federal a possibilidade de liberação de recursos do Orçamento da União visando o aumento de recursos para investimentos (infra-estrutura) nas universidades públicas paranaenses.

Após as manifestações do secretário, os membros do Comitê reafirmaram a disposição de continuar e

aprofundar o diálogo com a Seti, uma vez que as medidas adotadas pelo Governo Estadual (abono para os servidores técnicos) e as medidas aventadas (gratificação para os docentes), longe estão de resolver o problema das perdas salariais acumuladas. Quanto ao PCCS dos servidores técnico-administrativos, o Comitê comunicou ao secretário que irá manter contato com a Seti para a realização dos encontros conjuntos, tão logo estejam concluídos os estudos em curso na Seap.

No dia 12 de março, próximo sábado, o Comitê Estadual estará reunido em Ponta Grossa para, entre outros pontos, discutir os encaminhamentos a serem tomados diante das declarações do secretário Rizzi a respeito das medidas e posturas do governo em relação à pauta de reivindicações. De antemão fica claro que sem mobilização não haverá possibilidade de conquistas salariais efetivas.

A ADUNIOESTE defende que as mobilizações unificadas dos servidores (docentes e técnicos) das IEES precisam ser retomadas. Tudo indica que o Governo Estadual pretende instituir uma Gratificação Especial de caráter não-permanente, não-incorporável na aposentadoria, como resposta à nossa demanda por reposição salarial. Tal proposta se agrega a outras medidas que o Governo Requião vem implementando na direção da precarização das condições do trabalho docente. É bom lembrar que durante os 8 anos de Governo Lerner conseguimos arrancar reajustes no piso salarial (março/95, agosto/95, março/97 e março/2002) evitando a criação de gratificações de caráter não-permanente (“penduricalhos”) que destroem na prática a possibilidade de uma carreira estável aos docentes.

Há recursos previstos no Orçamento do Estado para conceder um reajuste emergencial de salário. O próprio secretário Rizzi, durante a Audiência, chegou a afirmar que o orçamento não era problema. A reposição salarial depende de uma decisão política do governador.

A ADUNIOESTE entende que a mobilização unificada, a organização coletiva da categoria, que pode incluir inclusive a deflagração de uma greve, continuam sendo o único e melhor caminho para a melhoria das condições salariais e de trabalho nas universidades estaduais do Paraná.

Não conquista a vitória quem se nega a lutar!

CONSELHO UNIVERSITÁRIO APROVA TIDE PARA PROFESSORES COLABORADORES

Na última reunião do Conselho Universitário, ocorrida em 03 de março de 2005 (quinta-feira), o Conselho Universitário aprovou a concessão de TIDE para professores colaboradores (T 40) que optem pelo Regime de Trabalho em Tempo Integral e Dedicção Exclusiva à Unioeste. Tal demanda foi encaminhada por professores colaboradores à Adunioeste e ao Sinteoste que, a partir daí, discutiram e encaminharam conjuntamente a reivindicação ao COU.

Apesar dos pareceres contrários da Assessoria Jurídica e das Câmaras de Administração e Legislação do COU, as intervenções dos docentes presentes na reunião do Conselho conseguiram evidenciar a justiça e a procedência da reivindicação. Para comprovar a legalidade de tal medida, além dos argumentos favoráveis à melhoria da condição de trabalho dos professores colaboradores, foi citado o caso da UEL que, por meio de resolução do seu Conselho Universitário, já pratica há muito tempo, o pagamento do TIDE para os professores colaboradores que fazem a opção por este regime de trabalho, o que comprova que a proposta defendida pelos sindicatos é plausível, inclusive do ponto de vista legal.

Os professores colaboradores (T40) interessados em aderir ao Regime de Trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) deverão solicitar sua inclusão em tal regime de trabalho, via requerimento no Protocolo.

Ressaltamos que a deliberação do COU, embora justa e pertinente, longe está de enfrentar a questão de fundo que afeta a qualidade do trabalho desenvolvido pela Unioeste. Com a realização dos testes seletivos a ocorrerem ainda este mês, a Unioeste contará com cerca de 20% de professores colaboradores, o que indica que a excepcionalidade desta forma de contratação vem se convertendo numa triste regra. O alto índice de professores colaboradores vem sendo motivado, principalmente, pela posição contrária do governo estadual à realização de CONCURSO PÚBLICO, defesa esta que a Adunioeste seguirá fazendo de forma intransigente.

A não reposição das perdas salariais, associada à precariedade da contratação de servidores das IEES, vêm se constituindo nas principais vias de precarização do trabalho desenvolvido nessas instituições. A extensão da possibilidade do TIDE para professores colaboradores é uma forma, ainda que limitada, de tentar melhorar a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Unioeste.

REAJUSTE SALARIAL: SÓ COM MOBILIZAÇÃO!